

# Escrita literária e subjetivação: a “subjetividade antropófaga” de Oswald de Andrade

Tânia Pellegrini\*  
Giordano Barbin Bertelli\*\*

## RESUMO:

O artigo pretende extrair e analisar traços de subjetividade virtualmente inscritos na Antropofagia de Oswald de Andrade. Tomando a escrita literária como prática co-extensiva do processo de subjetivação, a análise incide sobre excertos da prosa, da poesia e dos manifestos modernistas oswaldianos. O artigo termina por identificar e discutir as forças operantes em uma “subjetividade antropófaga”, destacando suas implicações e potenciais políticos.

**Palavras-chave:** Escrita literária. Subjetivação. Antropofagia. Experimento. Política.

## Degustações iniciais

A pretensão que impulsiona este texto é a de extrair alguns contornos de subjetividade<sup>1</sup> virtualmente ativos na Antropofagia oswaldiana. Que processos de subjetivação se deflagram e são deflagrados na e pela Antropofagia, tomada enquanto prática cultural e artística? Que sujeito seria esse que, para se afirmar enquanto tal, não cessa de se arrancar de si mesmo e de se dispersar em direção ao alheio e ao estranho, cuja prevalência face ao próprio e ao familiar é constantemente enunciada? Para nos guiarmos no aparente paradoxo com que nos confronta o antropófago, a aposta analítica deste artigo consiste em tomar a prática literária como um processo co-extensivo do processo de subjetivação. Dessa perspectiva, a Antropofagia aparece como agenciamento estético das forças que compõem o campo da experiência social, a dinâmica da elaboração literária e a subjetivação do sujeito que emerge como intersecção entre ambas.

Como nos encontramos diante de uma zona de mútua inscrição entre dimensões distintas porém articuladas, sigamos, a exemplo do antropófago, contumaz comutador entre alimentos e palavras, entre sujeitos e discursos, o trânsito do artista através de suas obras, e deixemo-nos, ao menos por ora, guiar (devorar, devorá-las?) por elas.

## Sociogênese de um antropófago

Deve-se observar, como aponta Campos, referindo-se ao *Memórias Sentimentais de João Miramar* (1924) e ao *Serafim Ponte Grande* (1933), que “Oswald manipulava o dado meramente biográfico, integrando-o ao texto, e por vezes de maneira críptica” (CAMPOS, 1972, p. 109, nota 15). Não se trata simplesmente de afirmar uma relação de projeção entre experiência e elaboração estética, o que seria endossar o pressuposto de uma subjetividade pronta e acabada, que precede e se desdobra linearmente, como a se mirar em um espelho, na escrita literária, perdendo de vista, justamente, o “lugar e estatuto que cabem ao sujeito dentro de dimensões que se supõem não estarem inteiramente estruturadas” (DELEUZE, 2005, p. 25). Mais do que do mero biografismo, trata-se de tomar a própria

constituição do sujeito como processo que possui uma dimensão poética e, correlatamente, a própria elaboração poética como dinâmica que põe em jogo a constituição do sujeito. Trata-se, portanto, de apontar as relações, tensões e complementaridades entre escrita e subjetivação e de chamar a atenção para o modo como tal processo se articula em Oswald.

O “prefácio” ao *Miramar* é exemplar nesse sentido. Intitulado *À guisa de prefácio*, o texto “de” “Machado Penumbra” instaura, a partir da própria tessitura literária, o espaço em que subjetivação e escrita entretecem seus processos. Ao convocar “Machado Penumbra”, personagem de relevo na trama do romance, para prefaciá-lo, Oswald acaba por subtrair a literatura à moldura do livro. Abre-se uma fenda que percorre o texto e por cuja abertura a escrita como que escapa para o lado de fora. Entretanto, seria incoerente deixar de supor que, pela mesma fenda, algo deste “fora” também escorregaria para o lado de dentro da escrita. O romance, na figura de seu prefaciador, desdobra-se para fora de si mesmo. Mas, na mesma medida, ao pular para fora de si, o romance captura, no mesmo passo, este fora para sua interioridade: pois o fato de que “Machado Penumbra” saia da trama do romance para prefaciá-lo não é menos verdadeiro, em termos literários, que o fato de que o mesmo prefácio, uma vez composto, entre na mesma trama.

Portanto, o gesto poético põe em suspenso as próprias categorias cognitivas que a princípio prescrevem sua leitura: a distinção realidade/ficção, que, diga-se de passagem, pode dificultar a categorização da literatura como experiência – o livro, longe de compor realidade, decalcaria o real – cai, na literatura oswaldiana, por terra<sup>2</sup>. Como adverte Rancière, acerca da distinção análoga, entre historicidade e literalidade: “Os enunciados políticos ou literários fazem efeito no real. Definem modelos de palavra ou de ação, mas também regimes de intensidade sensível. Traçam mapas do visível, trajetórias entre o visível e o dizível, relações entre os modos do ser, modos do fazer e modos do dizer” (RANCIÈRE, 2005, p. 59).

O que nos resta, com efeito, não é uma estrutura cambiante, que alternaria indefinidamente dentro e fora, uma simples substituição de uma dicotomia fixa por outra mais flexível. O que a operação paródica de Oswald apresenta é um plano processual, um movimento poético, a própria *poiesis* como movimento, sobre cujo desenrolar inscrevemos analiticamente tais fronteiras, impomos arbitrariamente estacas estacionárias – “dentro” e “fora”, “interior” e “exterior”. Uma escrita que rompe o enclausuramento da literatura, que a desdobra de sua interioridade para fora de si, na mesma medida em que libera esse “fora” do enclausuramento de sua exterioridade, ao desdobrá-lo para “dentro” da literatura: eis aí uma das maiores peripécias oswaldianas<sup>3</sup> e, tentar compreender esse processo, talvez seja um dos maiores ensejos da nossa análise. Isto é, ao fender a escrita literária em um movimento que se constitui mediante a diluição das fronteiras entre o dentro e o fora da obra, o prefácio de “Machado Penumbra” abre o espaço em que subjetivação e poética se “confundem”.

Fica por determinar qual seria o estatuto deste “plano” que nos lega a estética oswaldiana, isto é, que movimento é este que se entende com – e é estendido por – sua literatura? Certamente não se trata de um vazio indiferenciado, pelo qual despencariam nossos conceitos e práticas. Tampouco se deve tratá-lo de modo inverso: uma instância originária que já conteria em germe tudo quanto se diz realidade. Não obstante as inúmeras maneiras de conceituar esta “faixa” de real, é prudente que a amarramos aos nossos propósitos e pensemos nela de modo articulado aos processos que vimos salientando até aqui. Em outras palavras, o espaço em que o “Prefácio” inadvertidamente nos instala é o próprio campo das forças que “confundem” a experiência do sujeito, o sujeito como experiência e a escrita literária como “experimento”, na medida em que as linhas de escrita “se conjugam com outras linhas, linhas de vida, linhas de sorte ou de infortúnio, linhas que criam a variação da própria

linha de escrita, linhas que estão entre as linhas escritas” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 66). Assim, as linhas que animam uma escrita não começam e terminam nas margens das páginas que as verbalizam; ao contrário, apenas as atravessam momentaneamente: as linhas que tramam a escrita oswaldiana podem ser tomadas, com efeito, como o agenciamento literário das linhas de força que tramam a experiência social de Oswald. Em outras palavras, tem-se a fusão iniludível de texto e contexto, nas suas mais diversas possibilidades.

Nesse sentido, devemos atentar para o modo como a crescente heterogeneidade sociocultural da sociedade paulistana<sup>4</sup> de então dimensionava a experiência social de Oswald. Trata-se, pois, de pensar experiência como um espaço cujas balizas se inscrevem nas próprias transformações então em curso, como um território de subjetivação cuja nervura se compunha das mesmas forças que animavam tais transformações. Com efeito, os solavancos que tais processos desferiam nos referenciais simbólicos que até então presidiam os códigos identitários, discursivos e performáticos majoritários na sociedade paulistana, configuraram a experiência social oswaldiana à maneira de solo movediço, em que o pertencimento inequívoco aos seus meios de origem era constantemente problematizado pelo horizonte de novas possibilidades de remanejamento de vínculos e práticas. Neste ponto, sigamos os passos erráticos que *Miramar* e *Serafim* empreenderam por tais (des)caminhos.

### **Idas e vindas com Miramar e Serafim: “o mundo não tem porteira”**

Típico filho de família de muito prestígio e pouco capital, como tantas outras da São Paulo dos idos de 1912, época em que a especulação, na esteira do negócio cafeeiro, fazia e desmanchava fortunas ao sabor das cotações internacionais, e para a qual nos reportam as confissões de suas *Memórias Sentimentais*, João Miramar é figura característica dos trânsitos e abalos que desestabilizavam a vida paulistana no início do século XX:

No quarto de dormir ralhos queridos não queriam que eu andasse com meu primo. Pantico não tivera educação desde criança e por isso amava vagamundear. Que diriam as famílias de nossas relações que me vissem em molecagens gritantes ou com servos? Só elas é que devíamos frequentar. Eu achava abomináveis as famílias das nossas relações (ANDRADE, 1972, p. 19).

Eis a pele de tinta e o corpo de letras do personagem expostos aos arranhões da história da Paulicéia. A oscilação dos parâmetros que balizam a experiência social instala-se na ambivalência dos “ralhos” (não obstante) “queridos” (maternos, já que Miramar começa o romance órfão de pai) e entre eles e a abominação dos preceitos que prescreviam. O alargamento das possibilidades de interação social, fruto do crescimento urbano e populacional e da diversificação social e étnico-cultural da capital, descentrava o quadro relativamente estável de relações intra-elites, acossado por todos os lados pelo contágio das “molecagens” de novos códigos performativos, bem como pela presença promíscua de “servos” oriundos dos novos grupos de nativos ou de estrangeiros.

O trânsito social alargado e diversificado consubstancia-se na possibilidade de nosso personagem poder ser lido, não por acaso, como figuração literária da conversão da potência destes movimentos em “viagem” – elemento permanente na literatura de Oswald – aspecto que, aliás, “já está no título, a investir o personagem, onomasticamente, numa perpétua vocação marítima” (CAMPOS, 1972a, p. XXX).

A ideia de “vocação marítima”, de vocação para o desmedido ou o imensurável, no simples sentido daquilo que exorbita os quadros e circuitos das sociabilidades hegemônicas, isto é, que escapa

aos próprios referenciais de mensuração, presta-se bem a uma tradução do horizonte de experiência inscrito nos processos históricos a que nos referimos. Entretanto, Campos considera que “o périplo, no Miramar, é aparentemente sem consequências: um périplo para consumo boêmio da liberdade e ao cabo do qual o herói se reintegra no seu contexto burguês (matrimônio – amante – desquite – vidinha literária – peripécias financeiras)” (1972a, p. XXX). Não obstante, deve-se atentar para o fato de que é justamente esta suposta (re)integração que o *Miramar* problematiza, na medida mesma em que se afrouxam os nexos entre as instâncias e condutas de socialização que compõe internamente o “contexto burguês”:

Mamãe queria que eu fosse o melhor dos alunos mas a abertura esplanada onde os outros bolavam caía vida do tinir das forjas e dos bondes no recorte de apitos e pregões.

A campainha era um badalo de sonoridades.

A grita meridiana estourava bola de sabão na queda entre os goals dum último kick de altura.

E recolhiam-se os retardatários às filas formadas para eu deixar de escutar a cidade última atrás da carranca em andor dos vigilantes (ANDRADE, 1972, p. 18).

Intitulado “Cidade de Rimbaud”, o episódio condensa as forças que arrastavam as trajetórias sociais dos seletos filhos das elites paulistanas, arrancando-os dos meios de socialização inscritos em sua condição de origem. Mais que aos conselhos e desejos maternos, era a vida da cidade que *Miramar* seguia e escutava. A “abertura esplanada”, espaço alargado da experiência, que exorbita o circuito de sociabilidade e regimes de interação das elites, povoada pelo “outros”, isto é, habitada pela heterogeneidade que pululava pelas ruas paulistanas, marca e acentua as derivas que compõem a um só tempo a processualidade de constituição do sujeito e o processamento da matéria literária. Regressar somente a muito custo, “retardatário”, para casa, é o índice da (re)integração fragilizada ao “contexto burguês” de origem social: “vagamundear”, no sentido de trânsito pelo heterogêneo e de recusa à fixação em territórios pré-definidos, é um dos verbos antropofágicos por excelência. A fragmentação sintática do estilo, presente em toda prosa modernista de Oswald, é a própria dispersão heterogênea da vida social da cidade e do sujeito por suas ruas, práticas e grupos, pululantes no “tinir das forjas” e dos “bondes no recorte de apitos e pregões”, na conduta tantas vezes inoportuna dos *goals* e dos *kicks* desferidos nos códigos discursivos e performáticos hegemônicos. É a cidade como campo disparatado de experiência, pois o processo de heterogeneização não só dispersa suas singularidades socioculturais pelo espaço da cidade, como torna esse próprio espaço dispersivo, converte os territórios culturais e seus respectivos códigos em zonas movediças e em signos errantes. As co-pertinências “vagamundam”, o afrouxamento das fronteiras entre os espaços sociais e simbólicos complementam-se com a própria intromissão linguística na frase, a heterogeneidade de que vinha se revestindo a sociedade paulistana, desconjuntava códigos e sociabilidades. De fato, as transformações em curso minavam as condições de consenso do texto da paulistanidade: “A cidade de São Paulo na América do Sul não era um livro que tinha cara de bichos esquisitos e animais de história” (ANDRADE, 1972, p. 14) que povoaram a imaginação da infância de Miramar.

Sorte semelhante teria Serafim Ponte Grande, protagonista do romance homônimo, que radicaliza as derivas empreendidas por seu antecessor *João Miramar*. Também ele teria sua experiência – ou, enquanto personagem, “seria” experiência – atravessada pelos processos em curso:

## PRIMEIRO CONTATO DE SERAFIM E A MALÍCIA

a – e – i – o – u

Ba – Be – Bi – Bo – Bu

Ca – Ce – Ci – Co – Cu

### 20 ANOS DEPOIS

- Apresento-lhe a palavra “bonificação”
- Muito prazer... (ANDRADE, 1972a, p. 141).

A cartilha escolar invade o romance. E o romance, no mesmo passo, faz com que a cartilha se evada de suas próprias páginas. Ambos se engolfam no terreno movediço e litigioso do sentido do social. É assim que o simples silabar converte-se em forma de expressão maliciosamente anexada às formas de conteúdo interdidas nos meios sociais “respeitáveis”. Por outro lado, e logo na sequência, os expedientes de troca de favor e favorecimento pessoal revestem de conteúdo os protocolos profissionais dos meios sociais hegemônicos, mais especificamente a burocracia de Estado, na qual Serafim se inserira como “professor de geografia e ginástica, nas horas vagas 7º escriturário” da “Escarradeira (vulgo Repartição Federal de Saneamento)” (ANDRADE, 1972a, p. 144, 150). Relativiza-se, assim, a hierarquia de legitimidade entre grupos e práticas sociais: se a cartilha sucumbe à “devassidão” atribuída, no mais das vezes, aos grupos subalternos, também as práticas internas aos grupos hegemônicos são figuradas como suspeitas e reprováveis.

A licenciosidade com que Serafim transige com sua investidura oficial, “escriturário nas horas vagas”, permutando e invertendo a ordem entre a formalidade e a informalidade das nomeações que inscrevem seu lugar na sociedade, marcam, uma vez mais, a própria vagância destes lugares. A flutuação dos parâmetros da experiência afeta o próprio investimento dos sujeitos em seu engajamento na vida social.

À semelhança de Serafim, Miramar também tendia a “vagamundear” com os imperativos e solicitações que lhe advinham da ordem social vacilante:

Célia achava que eu devia ter uma vocação nobilitante. Eu não tinha nenhuma. Pensava vagamente em entrar para um club de box depois de ter sido minha compleição elogiada por um entraîneur da Rua do Catete.

Célia não se sensibilizava ante meus racontares de possibilidades hercúleas entre pesos trampolins argolas. Retorquia mesmo que não achava isso digno de um fazendeiro. Eu era apenas um fazendeiro matrimonial.

[...]

Eu pendia mais para bilhares centrais que para pesquisas científicas. Era dono de casa com safras longínquas livros criados e a senhora grávida (ANDRADE, 1972, p. 42-43).

Depois da morte da mãe, o herói acaba por arranjar um casamento com sua prima “Célia”, uma das três filhas de sua tia “Gabriela”, viúva de um grande fazendeiro de café. De uma situação de relativa incerteza material contrabalançada pelo prestígio familiar, o boêmio e “jovem poeta João Miramar” (ANDRADE, 1972, p. 20), como se autodefinia, viu-se subitamente investido da respeitável incumbência de chefiar a família e administrar os bens herdados. Se a fortuna e a imagem de fazendeiro conferiam-lhe uma identidade inequívoca de prestígio e respeitabilidade, os imperativos nobilitantes aí implicados obstruíam as possibilidades de experiência que não redundassem dos

códigos hegemônicos. Para *Miramar*, sua situação – de “fazendeiro matrimonial” – era apenas uma ocasião com a qual transigia para, justamente, transitar por outros circuitos e engajar-se em outras práticas; não obstante suas veleidades literárias, “pendia mais para bilhares centrais que para pesquisas científicas”, de modo que todos os signos – “casa, safras, livros, criados e senhora grávida” – que o vinculavam a sua identidade social de fazendeiro, pai, patrão e intelectual, aparecem, embora lhes fossem próximos, como longínquos.

Ser “apenas um fazendeiro matrimonial” era, aliás, contingência afinada às tendências da época, cujo sentido Serafim Ponte Grande diagnosticaria na maneira de datar um dos “instantâneos” feitos por ele, em passeio pela Europa: “Ano 25. Século de Serafim ou da Fortuna Mal Adquirida” (ANDRADE, 1972a, p. 209). Cumpre observar que é justamente a situação de conflito e trânsito social que legara tanto a *Miramar* quanto a Serafim suas – “mal adquiridas” – fortunas. No que diz respeito ao segundo, sua ascensão social deve-se ao caos instalado na capital pelo conflito armado de 1924. Serafim tira proveito de um descuido das tropas rebeladas em oposição ao mandato presidencial de Artur Bernardes, nas quais havia se engajado um de seus filhos, “Pombinho”: “transformei em carta de crédito e pus a juros altos o dinheiro todo deixado pelos revolucionários no quarto do Pombinho” (ANDRADE, 1972a, p. 171).

Por cem becos de ruas falam as metralhadoras na minha cidade natal.  
As onze badaladas da torre de São Bento furam a cinza assombrada do dia, onde  
as chaminés entortadas pelo bombardeio não apitam.  
É à hora em que eu, Serafim Ponte Grande, empregado de uma Repartição  
Federal saqueada e pai de diversas crianças desaparecidas, me resolvo a entregar  
à voracidade branca de uma folha de papel, minhas comovidas locubrações de  
última vontade.  
Hoje posso cantar alto a Viúva Alegre em minha casa, tirar meleca do nariz,  
peidar alto! Posso livremente fazer tudo que quero contra a moralidade e  
decência. Não tenho mais satisfações a dar nem ao Carlindoga nem à Lalá,  
diretores dos rendez-vous de consciências, onde puxei a carroça de meus deveres  
matrimoniais e políticos, durante vinte e dois anos solares  
[...]  
Os paulistas vão e voltam, bonecos cheios de sangue.  
Mas a revolução é uma porrada mestra nesta cidade do dinheiro a prêmio.  
São Paulo ficou nobre, com todas as virtudes das cidades bombardeadas  
(ANDRADE, 1972a, p. 167-169).

Operação financeira baseada na convulsão social e política, eis o que converte Serafim, de figura vagamente rebelde às convenções – encarnadas em sua esposa, Dona Lalá, e em Benedito Pereira Carlindoga, seu chefe na Repartição, para quem “o país só pode prosperar dentro da Ordem” (ANDRADE, 1972a, p. 170) – no irônico “autor” deste “Testamento de um legalista de fraque”. O tom de seriedade do início, o célebre mote da descrição e ambientação, característico de um “autor” que pretendia “escrever um romance naturalista que está muito em voga” (ANDRADE, 1972a, p. 149), a que não faltam um vago sentimentalismo ligado ao “minha cidade natal” e o lugar comum “literário” das “onze badaladas da torre”, chega ao ápice no beletrismo compenetrado nas “comovidas locubrações de última vontade”. O tom algo pedante destes termos entra em hilariante contraste com o baixo calão que lhes empresta conteúdo e dá a medida do ímpeto “subversivo” de Serafim; seu caráter aparentemente irrelevante, entretanto, é potencializado em função de sua equivalência com o caráter mesquinho do próprio meio a ser subvertido, ampliado na ressalva tragicômica das “virtudes”

que acompanham o estado de sítio, que, por sua vez, acrescentam-se àquelas previamente existentes na “cidade do dinheiro a prêmio”.

A mesquinhez do herói, como que parodiando um dos princípios da composição naturalista, é contígua a de seu meio. Nesse sentido, o “Testamento”, texto fundamental no trecho do livro, marca e intensifica algo que já se divisava no *Miramar*. Como observa Serafim, com irônicos traços de comoção e orgulho: “O meu país está doente há muito tempo. Sofre de incompetência cósmica. Modéstia à parte, eu mesmo sou um símbolo nacional. Tenho um canhão e não sei atirar. Quantas revoluções mais serão necessárias para a reabilitação balística de todos os brasileiros?” (ANDRADE, 1972a, p. 168).

Isto é, o disparate da situação, não obstante trágica, preside a lógica social na qual transitam nossos heróis, sob o signo do despropositado e do ridículo. Ridículo que, entretanto, não deixa de compor suas próprias figuras. É justamente a abertura do arco de experiências, bem como suas possibilidades de remanejamento de vínculos, a condição de possibilidade de afastamento relativo e ridicularização dos meios sociais hegemônicos, que se redimensionam à medida que *Miramar* aproxima-se dos círculos letrados das elites paulistanas. No “dote matrimonial” estava inclusa, entre outras figuras, “a barbicha investigadora do Dr. Pilatos”, primo de Célia, membro de retórica afetada de “ohs e ahs” e “pince-nez arqueólogo” (ANDRADE, 1972, p. 43 e p. 53) do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. O ilustre autor – segundo ele próprio “citado pelo padre Berlangete da Universidade Católica de Beirute” – da “biografia do patriarca Basílio 8 que foi torrado numa igreja por causa de Orígenes” (ANDRADE, 1972, p. 54), concede ao casal a gentileza de uma visita, em plena lua-de-mel, no Rio de Janeiro:

A barbicha investigativa do Dr. Pilatos veio trazer-nos a visita esquecida de São Paulo com ohs e ahs e caspa no fraque de gola. E propôs que deixássemos o Rio aborrecido e paisajal.

Célia fartou-se com anúncios de empresas a cabo levadas pelos seus colegas de team perspicaz do Instituto Histórico e Geográfico.

– Pena que seu marido, tão talentoso e jovem, não seja dos nossos, oh! ah!  
(ANDRADE, 1972, p. 43).

Os parâmetros majoritários da vida intelectual paulistana fecham o cerco sobre *Miramar*. Com vagas veleidades de poeta e tendendo mais, como vimos, “para bilhares centrais que para pesquisas científicas”, o herói não deixaria, contudo, de transigir com eles: convertido em “fazendeiro matrimonial”, confronta-se com as pressões que o confinam à estreiteza social de sua “Rodinha”:

Além do orador ilustre escritor Machado Penumbra que foi muitíssimo cumprimentado, conheci nessa noite o fino poeta Sr. Fileas de muita cultura e convidei-os para casa porque tinham talento.

Nas noites iguais em que Célia expressionava a *Prière d'une vierge*, e o fox-trot *Salomé* ao piano e servia bananinhas com café com leite, vinha também lento mazorro silencioso como se cavasse uma mina futuro adentro o Dr. Pepe Esborracha (ANDRADE, 1972, p. 44).

Peças amenas para pianistas amadores, ilustres oradores, escritores e finos poetas de muita cultura: elencam-se as propriedades capazes de contrapor um “nós” à presença insidiosa dos “outros quaisquer” que povoavam as ruas. A sociabilidade defensiva das elites refluí para dentro de si mesma, esforça-se para circunscrever um mundo de semelhantes que sirva como abrigo ante a dessemelhança “promíscua” e “confusa” da cidade. *Miramar*, entretanto, figura ambíguo em seu salão familiar:

reprova a suposta “cavação” social de um de seus frequentadores, sendo responsável, contudo, pela iniciativa de convidá-los. Figura ambíguo, aliás, como a própria justificativa do convite: “porque tinham talento”. Tratar-se-ia de irônica galhofa? Ou, antes, conformidade aos códigos de sociabilidade de seu meio? Não seria esta ambiguidade, inscrita no próprio vínculo social e na linguagem que o (des)amarra, índice de certo descompasso do herói com relação aos modelos e solicitações identitárias que insinua acolher, no mesmo passo em que procede à sua ridicularização? Vejamos, a propósito, as “Sossegadas Carambolas” gestadas pela sociabilidade de sua “rodinha” social.

O Dr. Pilatos com ohs e ahs emitira a Célia entre duas bananinhas uma opinião ao meu respeito.

– Seu marido, minha senhora, parece Telêmaco segundo o Fénelon na tradução portuguesa em quem era de admirar tanta facúndia em tão verdes anos.

Como lisonjeada matrimonialmente ela insistisse por outra bananinha o sábio da Grécia entre um oh e um ah eruditou ser todo homem depois dos quarenta responsável por sua fisiologia.

[...]

Fileas era um cosmético de sonetos (ANDRADE, 1972, p. 45).

O episódio é exemplar do incômodo suscitado no herói por seu enquadramento na estreiteza dos moldes identitários hegemônicos. É patente o seu embaraço com a indumentária do “homem de letras”, tecida por uma retórica rebuscada de citações e referências “literárias”. O ridículo dos padrões e das expectativas pelas quais se pautam os personagens é explicitado no próprio trecho da ação, com “ohs e ahs”, “entre duas bananinhas”, no disparate entre a “sabedoria erudita” e a temática “fisiológica” em que ela se empenha, no caráter “cosmético” da poética praticada.

Tocamos aqui em ponto capital nos dois romances modernistas de Oswald. O fato de se tratar de uma literatura que encontra justamente na própria literatura um tema permanente de problematização. Entre outros aspectos desta questão, cabe observar que não só as tramas contam com vários personagens literatos, como também os próprios protagonistas alimentam veleidades literárias. Em sua “Folhinha Conjugal”, Serafim registra o seguinte propósito:

Ando com vontade de escrever um romance naturalista que está muito em moda. Começaria assim: “Por todo o largo meio disco de praia de Jurujuba, havia uma vida sensual com ares gregos e pagãos. O mar parecia um sátiro contente depois do coito”.

Nota: não sei ainda se escreverei a palavra “coito” com todas as letras. O arcebispo e as famílias podem ficar revoltados. Talvez ponha só a sílaba “coi” seguida de três pontinhos discretos. Como Camões fazia com “bunda” (ANDRADE, 1972a, p. 149-150).

Tal como Miramar, Serafim escorrega entre a acolhida e a contestação. Os motivos de seu projeto se prendem à sanção da “escola” literária consagrada e sua escrita paga tributo à persistente “grecofilia” dos homens de letras de então. No mesmo sentido, encontra-se o esmero social e estético da observância de certas convenções. Entretanto, é justamente pela irrisão de sua acolhida que as mesmas convenções são contestadas. Serafim, em tom de farsa, evoca o que há de mais canônico, Camões, para relativizar o próprio cânone. Nas escorregadelas da linguagem inscreve-se o caráter socialmente escorregadio do herói. O texto escreve as palavras – que não se deve escrever – com todas as letras.

Em outras palavras, a relação que *Miramar* e *Serafim* estabelecem com a literatura parece constituir uma modulação de seus vínculos com os meios sociais pelos quais circulam e dos quais



remontam. Portanto, a “literatura” aparece como parâmetro e critério de admissão ao convívio. O “experimento” oswaldiano, assim, entretetece-se não só por linhas textuais, como também no entrelaçamento delas com as linhas de força dos processos sociais. Processos que, por sua vez, atuavam em um sentido centrípeto de captura e aprisionamento de nossos heróis aos códigos e modelos identitários majoritários e, simultaneamente, num sentido centrífugo inverso, que os arrastavam rumo às possibilidades de remanejamento de vínculos e experiências, no horizonte de heterogeneização da vida social. Nem totalmente conformes aos seus meios de origem, tampouco acolhidos nos universos subalternos, *Miramar* e *Serafim* constituem as cifras literárias de um “mundo sem porteiras” – na expressão do próprio Serafim (ANDRADE, 1972a, p. 179) – não no sentido de um mundo subtraído de cercas e marcos identitários, mas no de um mundo em que tais fronteiras encontravam-se em permanente litígio e deslocamento.

Com efeito, se estamos diante de uma interface entre processo social e formalização estética, cabe pensar a zona de densidade entre ambas, a articulação de passagem que as une e as separa, que as move uma sobre a outra, ao mesmo tempo que se desloca, infiltra e se retira de uma e outra.

### **Da subjetividade antropófaga**

Após esta breve incursão pelas linhas cambiantes que tramam o “experimento” oswaldiano, é pertinente perguntar sobre as dimensões que ele articula: como é possível que se dê, a partir da experiência, a emersão do sujeito. Encontramo-nos, portanto, a uma altura propícia para que precisemos as noções com as quais caminhamos até aqui. Inscrita no diagrama de forças “centrífugas” e “centrípetas” que referimos há pouco, a “experiência” se dimensiona segundo o modo como estas mesmas “forças” se correlacionam umas com as outras. Há aí pelo menos dois níveis a distinguir, como anota Deleuze: “não existe diagrama que não comporte, ao lado dos pontos que conecta, pontos relativamente livres ou desligados, pontos de criatividade, de mutação, de resistência” (DELEUZE, 2005, p. 53).

Por um lado, nos termos deste estudo, há a dimensão da experiência que se inscreve em um nível estratificado das forças. Trata-se das relações sedimentadas, dos processos de unificação e centralização das identidades e dos códigos estabelecidos e reconhecidos na regulação das interações, dos discursos e das performances. É o mundo social a que se atribui alguma “familiaridade”, em cujo interior os sujeitos que o co-habitam se vêem em condições de reivindicar um “nós”. Pode ocorrer a este mundo, entretanto, sobretudo em momentos de diversificação e instabilidade sócio-cultural, ver-se ameaçado e acochado por todos os lados. É nessa região, por assim dizer, incógnita, na medida em que exorbitam os parâmetros estabelecidos da experiência, nesse “lado de fora” do diagrama, que pululam as forças que não se conectam segundo relações previamente diagramadas, isto é, segundo os códigos que presidem e sedimentam uma determinada ordem social. Estas forças “soltas”, “vagamundas”, que se articulam segundo um modo que escapa e contraria as expectativas do mundo social familiar, guardam a insidiosa potência de desarticular o articulado, mover o pré-fixado e diluir a pretensa solidez do mundo (diagrama) hegemônico/estabelecido:

O diagrama vem de fora, mas o lado de fora não se confunde com nenhum diagrama, não cessando de fazer novos “lances”. Assim, o lado de fora é sempre a abertura de um futuro, com o qual nada se acaba, pois nada nunca começou – tudo apenas se metamorfoseia. A força, nesse sentido, dispõe de um potencial em relação ao diagrama no qual está presa, ou de um terceiro poder que se apresenta como capacidade de “resistência”. Com efeito, um diagrama de forças apresenta, ao lado das (ou antes “face às”) singularidades de poder que

correspondem às suas relações, singularidades de resistência, os “pontos, nós, focos” que se efetuam por sua vez sobre os estratos, mas de maneira a tornar possível a mudança (DELEUZE, 2005, p. 96).

É o mundo do heterogêneo e do movediço, mundo do estranho, do forasteiro e por vezes abjeto, do irremediavelmente fora de mim e de nós, mundo que, a princípio, qualquer ordem social tenderia a remeter à sua própria lógica, mas que, entretanto, como vimos, tende, precisamente, a desconjuntar toda lógica. De um lado, portanto, tudo o que nos processos sociais é conjuntivo, homogeneizante e consensual e, de outro, tudo o que é disjuntivo, heterogêneo e dissidente nos mesmos processos.

Ao que parece, o “experimento” oswaldiano, isto é, a “entretectura” do poético, do subjetivo e do social, instala-se no tenso intervalo que se abre entre estes dois níveis da experiência, remanejando-os. Pois, como vimos, *Miramar* e *Serafim* delineiam forças que não cessam de rebatê-los sobre os estratos codificados da experiência majoritária, correlata à sociabilidade hegemônica, sem deixar, com isso, de arremessá-los às zonas movediças de uma experiência disparatada, esboçada na heterogeneidade sócio-cultural dos grupos subalternos.

Pensar os (des)caminhos dos nossos heróis, enquanto processos de constituição de sujeitos, requer que se observe que os homens não são predestinados à sua subjetividade. A rigor, como ressalta Deleuze (2005), a própria figura a um tempo política do Direito moderno e epistemológica das Ciências Humanas – “o Homem” – não consiste em um invólucro prévio de traços subjetivos essenciais, sendo, ao contrário, uma forma derivada de determinados processos de subjetivação. Foi preciso uma correlação – historicamente determinável – entre certas forças presentes no homem e outras fora dele para que aquele outro, “o Homem”, se constituísse e viesse à luz. O sujeito, nesse sentido, não é da ordem das essências, mas sim da dos processos, não consiste em uma interioridade essencial, seja de uma essência vazia ou plena, mas, antes, em uma singular operação, em um ininterrupto processo de interiorização do fora. Daí um sujeito “na” experiência como condição de possibilidade de um eventual e derivado sujeito “da” experiência.

Entretanto, ainda com o mesmo autor, o processo de subjetivação, enquanto interiorização do fora, não opera segundo uma receptividade passiva mais do que segundo uma espontaneidade ativa. Se o próprio da força é a relação, isto é, se a efetividade de uma força é sua relação com as outras, sua essência paradoxal consiste em remeter continuamente a um fora que se estende no espaço desta correlação, em cujos pontos de incidência efetua-se a dupla potência da força de afetar e de ser afetada. A subjetivação, nesse sentido, opera um acontecimento disruptivo no campo de correlação das forças, introduz um ser imprevisto e estranho entre elas: uma “dobra”. Em outras palavras, o feixe de forças em agitação no homem – ou na zona de singularidades que vem a ser, eventualmente, um homem – entra em correlação com outras forças, forças que o excedem e atravessam, de modo que estas forças vergam-se uma sobre as outras, dobram-se sobre si, dando lugar, justamente, a um “Si”. Força entre forças, o sujeito é justamente esta relação *sui generis* e este novo termo no interior de uma relação: uma “relação de si consigo” – uma força que, incidindo sobre outras, dobra-se e incide sobre si mesma. Afetar na medida em que se é afetado, compor, intensificar ou neutralizar, remanejar e redistribuir as forças de uma determinada formação – social, discursiva, performática: a subjetivação não é um assunto de ontologia antes de ser, primariamente, um assunto de política.

Com efeito, *Miramar* e *Serafim*, trânsfugas incansáveis, “dentro e fora” de seus mundos, assim como de seus textos, circunscvem o ponto errante de constituição deste sujeito – que gostaríamos de chamar “antropófago”. “Vagamundeando” com o movimento das linhas que deslocavam fronteiras e pertencimentos, a “subjetivação antropófaga” move-se na zona litigiosa dos conflitos que atravessam a Paulicéia. Não por acaso, “aproximação” e “distanciamento” são as forças que presidem o confronto

de Miramar e Serafim com os espaços sociais pelos quais circulam e, correlatamente, “acolhimento” e “recusa” são as disposições subjetivas de suas tomadas de posição em face dos mesmos. Talvez umas dos agenciamentos poéticos mais eloquentes desta “subjetivação errática” seja a composição “Carnaval”, “acontecimento religioso da raça” (ANDRADE, 1972b, p. 203), cindida na tensão intervalar entre dois poemas: “Nossa senhora dos cordões”:

Evoé/Protetora do Carnaval em Botafogo/Mãe do rancho vitorioso/Nas pugnas de Momo/Auxiliadora dos artísticos trabalhos/Do barracão/Patrona do livro de ouro/Protege nosso querido artista Pedrinho/Como o chamamos na intimidade/Para que o brilhante cortejo/Que vamos sobremeter à apreciação/Do culto povo carioca/E da Imprensa Brasileira/Acérrima defensora da verdade e da Razão/Seja o mais luxuoso novo e original/E tenha o veredictum unânime/No grande prélio/Que dentro de poucas horas/Se travará entre as hostes aguerridas/Do Riso e da Loucura (ANDRADE, 1974, p. 112).

Seguido de “Na avenida”:

A banda de clarins/Anuncia com os seus clangorosos sons/A aproximação do impetuoso cortejo/A comissão de frente/Composta/De distintos cavaleiros da boa sociedade/Rigorosamente trajados/E montando fogosos corcéis/Pede licença de chapéu na mão/20 crianças representando de vespas/Constituem a guarda de honra/Da Porta-Estandarte/Que é precedida de 20 damas/Fantasiadas de pavão/Quando 40 homens do coro/Conduzindo palmas/E artisticamente fantasiados de papoulas/Abrem a alegoria/Do Palácio Floral/Entre luzes elétricas (ANDRADE, 1974, p. 112-113).

Deve-se observar que o Carnaval circunscreve uma das arenas de confrontos entre a cultura dos grupos hegemônicos e a dos grupos subalternos. A atração que os festejos dos bairros populares exercia sobre alguns segmentos das elites consubstanciava as recomposições de forças que atravessavam a dinâmica sócio-cultural da cidade (SEVCENKO, 1992). É neste núcleo de tensão que se instala o Carnaval oswaldiano: os dois poemas defrontam o universo popular, inscrito na evocação da festiva santidade de uma “nossa senhora dos cordões”, e o universo dos grupos hegemônicos, designado na alocação solene e distintiva de “na avenida”.

É observável, na própria tessitura poética, um desequilíbrio de forças para o lado do “rancho vitorioso”. No primeiro poema, a elaboração estética alia-se aos códigos do universo popular, exaltando os “artísticos trabalhos do barracão” – reivindicando intimidade com o coloquialismo do diminutivo afetoso, com o “querido artista Pedrinho” – voltando-os ironicamente contra o “culto povo carioca” e a “Imprensa Brasileira, acérrima defensora da Verdade e da Razão”. Porém, mais importante, o poema desloca sua enunciação para o interior do universo narrado: “o brilhante cortejo que *vamos* sobremeter à apreciação”. Ao passo que, no segundo poema, observa-se um relativo decréscimo de exaltação e euforia. Embora ricos na descrição visual da festa, os versos restringem-se à apresentação do cortejo, sem gestos que denotem comprometimento, sejam apelos a padroeiros, sejam afirmações de co-participação. O poeta sai do barracão e assiste à festa “na avenida”, observando-a de fora, do passeio.

Flagramos, assim, o experimento oswaldiano em pleno funcionamento, operando o remanejamento poético das forças sociais que o circunscrevem a um pertencimento, reconfigurando, correlatamente, suas possibilidades de investimento afetivo e estético. Em outras palavras, o intervalo entre os poemas instaura, assim, uma espécie de zona transitiva de subjetivação, em que o poeta, filho da elite paulistana, rearticula suas disposições, afetos e pertencimentos, agenciando-os mediante sua

composição com os regimes de signos e de performances dos grupos subalternos. O que se processa, em termos da composição, na própria bipartição divergente do “Carnaval”: de um lado os “barracões”, de outro a “avenida”, aparentemente compartimentados e apartados, mas não inteiramente imunes à presença antropofágica que se interpõe entre ambos e abre a “perigosa” possibilidade das “invasões” e dos “contágios” recíprocos.

Com efeito, essa presença errática e intervalar, dentro e fora, remete Oswald –*Miramar-Serafim* – àquela figura que Deleuze e Guattari chamariam de “anômalo”:

O indivíduo excepcional tem muitas posições possíveis. [...] Pode-se observar que a palavra “anômalo” [...] tinha uma origem muito diferente de “anormal”: a-normal [...] qualifica o que não tem regra ou que contradiz a regra, enquanto que “a-nomalia” [...] designa o desigual [...]. O anormal só pode definir-se em função das características, específicas ou genéricas; mas o anômalo é uma posição ou conjunto de posições [...]. É um fenômeno, mas um fenômeno de borda. [...] não é nem um indivíduo nem um gênero, é a borda. [...] (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 25-27).

É essa posição fronteira, que nos parece essencial na articulação do “experimento” oswaldiano: “vagamundagem” pelas fronteiras então difusas e móveis entre grupos e códigos, entre territórios hegemônicos e subalternos, sem contudo pertencer definitivamente nem a um nem a outro, dentro e fora de um e de outro, bordejando-os. Essa subjetivação errática entretece-se às linhas do texto, agenciando-o como um movimento de saque das forças que comporiam os ingredientes do caldeirão antropofágico:

O lado doutor, o lado citações, o lado autores conhecidos. Comovente. Rui Barbosa: uma cartola na Senegâmbia. Tudo revertendo em riqueza. A riqueza dos bailes e das frases feitas. Negras de jóquei. Odaliscas do Catumbi. Falar difícil.  
[...]  
A contribuição milionária de todos os erros.  
[...]  
Temos a base dupla e presente – a floresta e escola. A raça crédula e dualista e a geometria [...] Um misto de “dorme nenê que o bicho vem pega” e de equações. Uma visão que bata nos cilindros dos moinhos, nas turbinas elétricas [...] sem perder de vista o Museu Nacional.  
[...]  
Apenas brasileiros de nossa época. O necessário de química, de mecânica, de economia e de balística. Tudo digerido (ANDRADE, 1972b, p. 203-207).

A comoção brota das incongruências entre conteúdos e contingentes, sujeitos subalternizados funcionando como pontos de convergência explosiva entre universos mutuamente excludentes, o trânsito entre o hegemônico e o subalterno, o erudito e o popular: agenciamento de forças que cancela as co-pertinências normativas entre sujeitos, posições e discursos, subverte as fronteiras e hierarquias entre seus respectivos grupos e práticas. A “subjetividade antropófaga” converte-se em enunciação dos processos coletivos e litigiosos de atribuição de sentido do social, figura propícia à evocação dos códigos e pertencimentos culturais em conflito e à efetuação estética de seus deslocamentos e contágios recíprocos. Ou, nos termos do antropófago, insistente em falar de boca cheia, de sua “digestão”.

Nesse sentido, talvez a própria ideia de “recusa” e “acolhimento”, que sugerimos, seja apenas um modo estático de fixar a processualidade dinâmica da subjetivação antropófaga. Tal categorização

supõe a estabilidade das identidades que seriam recusadas e/ou acolhidas. A antropofagia, pelo contrário, prática dos trânsitos e contágios, parece implicar, cultural e subjetivamente, a incessante suspensão de regimes identitários.

### “Única lei do mundo”

Com efeito, pensar a modulação propriamente antropófaga destas forças – as que vínhamos chamando acolhimento e recusa – requer que nos situemos no nível de operação da dobra que o *experimento* oswaldiano efetuou. No “Manifesto Antropófago” encontram-se, em especial, duas passagens que oferecem a pista para rastreamos as forças que aí atuaram, com as quais o antropófago combate as forças de captura e fixação atuantes sobre *Miramar* e *Serafim*: “Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago” (ANDRADE, 1972c, p. 226). Antes de mais, a indexação de “homem” e “antropófago” a uma mesma e única lei, estipula a antropofagia como uma espécie de “grau zero” do humano, força elementar a partir da qual modula-se a miríade de humanidades possíveis. Entretanto, deve-se prevenir que esta “Única lei do mundo. Expressão mascarada de todos os individualismos, de todos os coletivismos. De todas as religiões. De todos os tratados de paz” (ANDRADE, 1972c, p. 226), encontra-se distante de uma suposta lei de realização progressiva e teleológica de uma origem universal. Pois, como adverte o antropófago: “Contra as histórias do homem que começam no Cabo Finisterra. O mundo não datado. Não rubricado. Sem Napoleão. Sem César. [...] Contra a memória fonte do costume. A experiência pessoal renovada” (ANDRADE, 1972c, p. 229-231). A antropofagia não se compõe segundo uma ordem direcional e cumulativa. Aversa ao escalonamento e à hierarquização de etapas, sua composição é, antes, da ordem da “experimentação”.

E aqui retornamos ao núcleo da enunciação da lei antropofágica, pois a “experiência pessoal renovada” parece consistir, paradoxalmente, no arranque do “pessoal” à sua “pessoalidade”: “Só me interessa o que não é meu”, é um destes lances de linguagem que desferem solavancos nas palavras e desconjuntam os agrupamentos de significados com os quais estamos familiarizados. Essa “única lei do mundo”, faz vacilar a pessoalidade do “me” ao esvaziar de sentido o vínculo (de propriedade) expresso no possessivo “meu”. O sujeito se arremessa para além de seu “próprio”, de todas as propriedades que estabelecem e estabilizam a co-pertinência, vale dizer, a clausura identitária, entre uma subjetividade e um “Eu”. Isto é, se a propriedade perde seu valor operatório, o que a princípio se considera o mais próprio – “Eu” – é destituído, justamente, de todo “interesse”. Inquietante proposição política da estética antropofágica: o vetor que imanta a agência – neste caso, “interesse” – desvia-se e excede as singularidades que compõem quem a agencia e circunscreve o âmbito de sua existência. Ou, melhor dizendo, o próprio deflagrar da ação é a elaboração da conexão entre os heterogêneos que excedem o ser daquele que age, sendo a “devoração” uma modulação de tal conexão.

Nesse sentido, instaura-se uma trama de relações que, pode-se dizer, compõe o solo das experiências do qual emerge o sujeito: o desejo do “alheio” como afeto constitutivo do “próprio” estabelece a mútua transitividade entre ambos, como força capital do processo de subjetivação antropófaga. A segunda passagem a que nos referimos, “Perguntei a um homem o que era o Direito. Ele me respondeu que era a garantia do exercício da possibilidade. [...]. Comi-o” (ANDRADE, 1972c, p. 229), sugere, por sua vez, que a “devoração” é a força pela qual se processa o desejo antropófago. Entretanto, isso não repõe uma binaridade identitária entre devorador e devorado. Se próprio e alheio são elementos que se constituem e se confundem no interior de uma trama relacional, os seus correlatos – “devorador” e “devorado” – marcam posições igualmente relacionais, indefinidamente intercambiáveis, dependentes, assim, do primado do desejo antropófago e de seu

processamento pela devoração. A própria composição do metabolismo antropofágico, um sujeito que pensa com o estômago na mesma medida em que come com o cérebro, considerando que “o espírito recusa-se a conceber o espírito sem corpo” (ANDRADE, 1972c, p. 228), desconjunta a organização prévia sobre a qual pudesse se inscrever a inteireza e coerência interna de uma formação identitária. Esquiva-se, assim, às operações de poder que fazem da subjetivação um processo de sujeição, isto é, a prega da subjetividade a uma identidade que contém e sedimenta sua processualidade mediante o estabelecimento de propriedades supostamente pertinentes e intrínsecas a um sujeito (DELEUZE, 2005). A Antropofagia é estranha aos fechamentos de sentido que compõem os conjuntos identitários, sem por isso operar a suspensão de sentido. Antes, ela os reabre ao exercício da possibilidade.

Assim, o desejo antropofágico suspende as fronteiras e co-pertinências do próprio e do alheio, postos em movimento incessante pela devoração. A dobra antropofágica, portanto, dificilmente coincide com uma interioridade, no sentido de um sujeito enclausurado, confinado a limites nitidamente definidos. Considerando a devoração como força que, incidindo sobre as outras forças, constitui a modalidade antropófaga da “relação de si consigo”, a antropofagia potencializa não só o caráter variável de toda forma subjetiva, como o movimento de variação do próprio processo de subjetivação. Desalojada de sua suposta interioridade, a “subjetividade antropófaga” exhibe contornos indefinidos e móveis, que, longe de se constituírem como invólucros de atributos, apresentam-se como conectores de passagem e contágio entre singularidades que se recompõem, recombina-se e se multiplicam reciprocamente. Portanto, enquanto processo de subjetivação, a Antropofagia, a rigor, destitui a própria prevalência do sujeito como *a priori* a que deveriam aderir e se conformar os afetos e disposições, deixando, em seu lugar, a potência processual de sua inacabada constituição: uma força, uma prática, uma política: “devoração”.

### **Preguiça: para terminar**

Resta, por fim, uma segunda força a adicionar no metabolismo antropofágico. Força sem a qual, conforme nos parece, a “subjetividade antropófaga” seria esvaziada de grande parte de seu potencial político e estético, a “devoração” seria obstruída em seu pleno funcionamento. Trata-se da “preguiça”: “Foi porque nunca tivemos gramáticas, nem coleções de velhos vegetais. E nunca soubemos o que era urbano, suburbano, fronteiriço e continental. Preguiçosos no mapa-múndi do Brasil” (ANDRADE, 1972c, p. 227). No lugar de dedicar-se à fixação e segmentação necessária à delimitação identitária e à gestão dos territórios e das espécies, o antropófago estende-se preguiçosamente na plenitude do *mapa-mundi* do Brasil. Nesse sentido, a “preguiça” está longe de se confundir com passividade ou submissão. Pelo contrário: pertinente à mesma ordem de forças da “devoração”, a “preguiça” é a revogação de toda operosidade ligada aos expedientes da dominação. Pois implica, simultaneamente, a remoção da razão de existência dos seres de sua sujeição à ordem de um *telos* transcendente, e, assim, a restituição de sua potencialidade intrínseca, de suas possibilidades imanentes de remanejamento e recombinação – estética e política – independentes de quaisquer funcionalidades extrínsecas ligadas a sua captura em uma ordem instrumental. A preguiça se apresenta, portanto, como instauração da “atividade” por excelência, suspensão do emprego rotinizado das coisas, gesto que afirma a possibilidade de experimentação de seu uso, diverso e divergente<sup>5</sup>.

Portanto, “preguiça” e “devoração” são forças complementares e capitais na composição do antropófago. A primeira, ao preservar aos seres sua singularidade intrínseca – instaura a possibilidade um apossamento – diverso do emprego previamente codificado – das coisas e dos signos, ao passo que a segunda os reintegra sobre a posse de um processo experimental de recombinação e contágio. Com

efeito, na antropofagia, a estética, como a política, são produtoras e produtos de alianças contagiosas entre heterogêneos, inscrevendo, portanto, uma subjetividade que apresenta a salutar conversão da “relação de si consigo” em uma relação, por assim dizer, de “nós conosco”, enquanto coletividade estética e politicamente múltipla, pouco afeita a um “nós” pretensamente fechado e homogêneo. Assim, hoje, no ano 458 do calendário antropófago, isto é, transcorridos quase cinco séculos da deglutição do Bispo Sardinha – já que, em 1928, quando da publicação do “Manifesto Antropófago” encontrávamo-nos no ano 374 desse “marco fundacional” da história brasileira (ANDRADE, 1972c, p. 232) – Oswald, talvez, não hesitaria em dizer: “só (na diferença) a antropofagia nos une”.

## Degustações finais

Ao que parece, a escrita literária configura-se como o espaço que Oswald elegera como território de problematização identitária e subjetiva. Entretanto, a estética antropofágica dá lugar a processos de subjetivação avessos às tendências homogeneizantes e fixadoras das formações identitárias. Habitante das fronteiras, potencializando os deslocamentos e instabilidades do processo social – convertendo-os em sua própria força vital – o antropófago exhibe altivamente sua desconformidade no espaço que se abre entre o processo de subjetivação e seu confinamento aos contornos de uma formação identitária.

Os deslocamentos do processo de subjetivação entre as linhas da literatura oswaldiana ficam patentes na escrita de *Miramar* e de *Serafim*, contumazes praticantes de expedientes que, suspendendo tanto a etiqueta do bem escrever quanto a gramática das interações, portavam-se como trãsfulgas incansáveis das linhas de força tendentes a fixá-los e circunscreve-los. Isso também na reinscrição de sua processualidade nos procedimentos antropofágicos de recombinação e contágio: “experimento” que inscreve a um só tempo aquele que escreve e aquele que é escrito, articulando passagens que abrem zonas de indefinição entre um e outro, nas quais mal sabemos em que textos nos situamos (textos literários? textos de vida?). Assim, Oswald não só se constituiu como sujeito que tendia a escritor, mas também como escritor que investiu a literatura da possibilidade de um “experimento” em que se (des)alocar como sujeito. Mais do que uma literatura interiorizada em uma subjetividade, trata-se de uma subjetividade que se interioriza em uma literatura, na justa medida em que se desinterioriza de si e de quaisquer confinamentos identitários. Nessa abertura antropofágica ao exterior, em seu movimento constitutivo em direção ao que o excede, reside uma certa sobriedade, uma certa frugalidade despercebida na boca povoada de signos e alimentos, de palavras e sujeitos. Pois se trata de uma dietética em que nutrição e gula jamais se confundem, em que apetência e repulsa – longe de serem virtude ou vício de quem devora ou é devorado – são simples graduações da processualidade devorativa e da reversibilidade devorador-devorado, e em que *devoração* – longe de coincidir com aniquilação – implica a afirmação e proliferação da potência do que se devora: a antropofagia não unifica nem hierarquiza, não esgarça o tecido das interações, mas estende alianças, multiplica sujeitos.

Em tempos nos quais a proliferação de discursos e sujeitos os mais disparatados nos divide, no mais das vezes, entre o ódio e o fascínio, a erigir templos de fanatismo e proscricção, empobrecendo e estreitando de antemão o horizonte de arranjos possíveis, semelhante dietética – a subjetividade que aí se inscreve – pode sugerir uma trama de relações em que a diferença radical entre os sujeitos, irreduzíveis uns aos outros, longe de constituir um obstáculo ou motivo para intransigência, é pré-condição para a vitalidade da vida cultural e artística, tanto quanto para da ação política. Distante dos discursos tantas vezes paliativos das “tolerâncias” e dos “multiculturalismos” e avesso à atual retomada das paranóias nacional-xenófabas, uma vez mais o antropófago Oswald, entre outras coisas, talvez nos dissesse: “só nos interessa o que nos é outro”.

# Literary writing and subjectivation: the “antropófaga subjectivity” of Oswald de Andrade

## ABSTRACT:

The article aims to extract and analyze traces of virtually inscribed subjectivity in Oswald de Andrade’s Antropofagia. The analysis concerns excerpts of Oswald’s prose, poetry and modernist manifestos, whereas taking the literary writing as a coextensive practice of the subjectivation process. The article is concluded with the identification and discussion of the operative forces in a “antropófaga subjectivity”, highlighting their implications and political potential.

**Keywords:** Literary writing. Subjectivation. Antropofagia. Experiment. Politics.

## Notas explicativas

- \* Tânia Pellegrini é Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura e Professora de Sociologia da Cultura na Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, com pós-doutorado na Universidade de Oxford. Foi professora visitante na Universidade da Califórnia, Santa Barbara, e pesquisadora associada na Universidade de Waikato, Nova Zelândia. Entre suas publicações estão os livros *Despropósitos* (2008), *A imagem e a letra* (1999) e *Gavetas vazias* (1996).
- \*\* Giordano Barbin Bertelli é doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil. Membro dos grupos de pesquisa Realismo e realidade na ficção brasileira contemporânea (UFSCar) e NaMargem - Núcleo de Pesquisas Urbanas (UFSCar). Desenvolve pesquisa sobre cultura, subjetivação, política e literatura. Publicou, recentemente, os artigos *A arte como contrabando: notas sobre antropofagia e política* (Análise Social) e *Errâncias racionais: a periferia, o RAP. e a política* (Sociologias).
- <sup>1</sup> O conceito deve assumir contornos mais nítidos no momento em que tratarmos da “subjetividade” em sua modulação “antropófaga”. Por ora, basta observar que *subjetividade*, tal como a aplicamos, remete ao estatuto processual e historicamente construído do *sujeito*, resultado, sempre inacabado e transitório, de *processos de subjetivação* que o constituem e ultrapassam (DELEUZE, 2005).
- <sup>2</sup> Procedimento análogo comparece tanto em escritos anteriores, como no diário *O perfeito cozinheiro das almas deste mundo* (1992), quanto em posteriores, como a memorialística do autor, em um *Homem sem profissão* (1990). A certa altura desse último, Oswald tem suas memórias invadidas pela figura de Miramar, que então passa a reivindicar a “autoria” do texto. Miramar “e” Oswald compõem, neste caso, a liga de reciprocidade entre quem escreve e quem é escrito, acionando a escrita literária como experimento de subjetivação que faz vacilar as identidades supostamente fixas das figuras clássicas do “autor” e do “personagem”.
- <sup>3</sup> Incluir tal operação, característica da literatura moderna, entre os procedimentos da estética oswaldiana não implica eclipsar sua utilização por diversos autores em diversas obras. O traço “oswaldiano” que gostaríamos de frisar, entretanto, não se confunde tanto com o efeito de neutralização que a paródia, aliada à metalinguagem, pode exercer sobre “a ilusão de verdade” própria à representação do real. O que nos interessa é chamar a atenção para o fato de que, em Oswald, semelhantes processos literários suspendem a própria distinção entre realidade e ficção, literatura e experiência.
- <sup>4</sup> Na passagem do século XIX ao XX, os processos conjugados da Abolição e da imigração dotariam São Paulo de uma crescente diversidade étnica e cultural. Aspecto recorrente nos temas e formas de escritores e artistas modernistas, tal processo seria deplorado e combatido pelas elites de então, mediante movimentos como, entre outros, a “Reação Nacionalista” (SEVCENKO, 1992).
- <sup>5</sup> Importa notar que a “preguiça” ocupa um papel estratégico também no *Macunaíma* de Mário de Andrade. Tanto em Mário quanto em Oswald, deparamo-nos com a positivação de aspectos negativizados desde nossos primeiros cronistas e ainda presentes, na década de vinte, no pensamento de intelectuais como Paulo Prado, autor de *Retrato do Brasil*, em que deplora a “lassidão” e “inépcia” supostamente típicas do brasileiro.



## Referências

- ANDRADE, O. de. Manifesto Antropófago. In: TELES, G. M. (Org.). *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro*: apresentação crítica dos principais manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1875 até hoje. Petrópolis: Vozes, 1972 [1972c]. p. 226-232.
- \_\_\_\_\_. Manifesto da Poesia Pau-Brasil. In: TELES, G. M. (Org.). *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro*: apresentação crítica dos principais manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1875 até hoje. Petrópolis: Vozes, 1972 [1972b]. p. 203-208.
- \_\_\_\_\_. Memórias Sentimentais de João Miramar. In: ANDRADE, O. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972d. v.2. p. 9-94.
- \_\_\_\_\_. Serafim Ponte Grande. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972 [1972a]. v.2. p. 131-264.
- \_\_\_\_\_. *O. Poesias reunidas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. v. 7. 203 p.
- \_\_\_\_\_. *Um homem sem profissão – sob as ordens de mamãe*. São Paulo: Globo/ Secretaria de Estado da Cultura, 1990. 133 p.
- \_\_\_\_\_. *O perfeito cozinheiro das almas deste mundo*. São Paulo: Globo, 1992. 203 p.
- CAMPOS, H. Miramar na Mira. In: ANDRADE, O. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972 [1972a]. v.2. p. 11-48.
- \_\_\_\_\_. Serafim: um grande não-livro. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972b. v.2. p. 99-128.
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005. 142 p.
- \_\_\_\_\_.; GUATTARI, F. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 1996. v. 3. 120 p.
- \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 4. 176 p.
- RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Exo experimental org./ Ed. 34, 2005. 72 p.
- SEVCENKO, N. *Orfeu estático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras. 1992. 390 p.

Recebido em: 13 de dezembro de 2012

Aprovado em: 17 de abril de 2013